

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 55 (cinquenta e cinco) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimento de Informática		Raciocínio Lógico		Conhecimentos de Direito		Conhecimentos Específicos	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 16	2	17 a 21	1	22 a 26	1	27 a 35	1	36 a 55	3

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a seqüência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea “a” do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha de respostas somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA.**

06- Na prova objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA.**

09- Na Folha de Respostas, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TUDO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites do retângulo ao lado.

10- Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva. Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova (conforme item 9.17 do edital).

11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e a Folha de Respostas.**

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS.**

13- Quanto terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA.**

14- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA É DE 4 (QUATRO) HORAS.**

**“É no coração do homem que reside o princípio e o fim de todas as coisas”  
(Leon Tolstói)**

## TEXTO I

## População feminina em situação de prisão no Brasil triplica em menos de 10 anos

Hoje, a população feminina em situação de prisão no Brasil é formada por 27.762 mulheres, o que corresponde a 6,3% da população carcerária total de 440.013 pessoas presas no País. Em 2003, eram registradas mais de 9 mil detentas.

Crescimento da população feminina e da violação dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Essa foi uma das constatações em comum apresentadas por representantes governamentais e da sociedade civil de Brasil, Argentina e Paraguai durante o seminário “Mulheres em Situação de Prisão: Diagnósticos e desafios na implementação de políticas integradas no âmbito do Mercosul”, evento que se encerra hoje (28/10), em Brasília.

“Até na mais terrível situação que é a perda da liberdade, homens e mulheres são desiguais”, disse a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) ao inaugurar o seminário, ontem (27/10) à tarde. Para a ministra, a desigualdade se manifesta de muitas formas como “na negação dos direitos sexuais e reprodutivos e às visitas íntimas”.

Para Nilcéa Freire, um grande momento para visibilizar a situação das mulheres em situação de prisão no Brasil será a realização do Mutirão de Revisão Processual, que será lançado na próxima semana, em 3 de novembro, em São Paulo. “Esse vai ser um passo importante, vamos mostrar para a sociedade o abandono das famílias, da advocacia e o comprometimento da vida de mulheres que poderiam estar em outro regime”, acrescentou a ministra da SPM.

A ministra Ana Cabral, diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério de Relações Exteriores, considerou que “a questão das mulheres em situação de prisão precisa ganhar mais visibilidade” para pressionar as autoridades a criarem políticas públicas e combaterem as causas que levam as mulheres ao mundo do crime.

## Crescimento vertiginoso

“Em menos de 10 anos, a população carcerária feminina triplicou. Eram pouco mais de 9 mil detentas. Hoje são 27.762 mulheres em situação de prisão. Passou de menos de 3% para 6,03%”, apontou André Luiz de Almeida e Cunha, diretor de Políticas Penitenciárias, do Ministério da Justiça. Na abertura do seminário, Cunha informou que as mulheres chegam às prisões por causa de um fenômeno social. “Quase metade das mulheres está presa por causa do tráfico de drogas. Boa parte por conta do tráfico passivo”. Ao comentar essa realidade, Cunha enfatizou que a situação das mulheres é muito diferente da dos homens. “A mulher carcerária é muito mais fragilizada, ela é abandonada pelo homem logo nos primeiros dias ou meses de cárcere. Já os homens presos são acompanhados por suas companheiras até o último dia da pena”, afirmou Cunha. O diretor de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça classificou “essa área” como muito “difícil para a gestão pública” e pontuou: “O Depen quer reverter esse quadro. Começamos pela transparência do diagnóstico”.

## Retrato do sistema prisional brasileiro

Hoje, a população feminina em situação de prisão no Brasil é formada por 27.762 mulheres, o que corresponde a 6,3% da população carcerária total de 440.013 pessoas presas no País. O delito criminoso mais cometido pelas mulheres é o tráfico de drogas, causa de 43,75% das prisões. A maioria das mulheres está em regime fechado (47,37%), seguido pelo semi-aberto (35,40) e provisório (17,09%). Está na faixa de 18 a 24 anos (27,15) e de 25 a 29 anos (24,35). São elas pardas (44,07%), brancas (37,88%) e negras (16,41%).

Entre as estrangeiras, as bolivianas (22,7%) aparecem em primeiro lugar, sendo seguidas pelas sul-africanas (17,17%). Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) também indicam que 2% das mulheres em situação de prisão no Brasil estão grávidas ou em período de lactação. A cobertura do sistema penitenciário no País possui 58 estabelecimentos prisionais femininos e 450 com espaços reservados para as mulheres.

fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO (QUA, 29 DE OUTUBRO DE 2008 20H42MIN)

(Fórum de Promotoras Legais Populares do Distrito Federal. Sessão Justiça, 28/10/2008. Disponível em: [http://www.forumplp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=912:populacao-feminina-em-situacao-de-prisao-no-brasil-triplica-em-menos-de-10-anos&catid=137:dh2&Itemid=314](http://www.forumplp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=912:populacao-feminina-em-situacao-de-prisao-no-brasil-triplica-em-menos-de-10-anos&catid=137:dh2&Itemid=314))

**\* LÍNGUA PORTUGUESA \*****Questão 1**

Predomina no texto I a seguinte característica do gênero reportagem:

- A) expressão do juízo de um jornalista sobre um assunto.
- B) manifestação apócrifa, em forma de editorial.
- C) exposição e apreciação de um fato.
- D) impressão sobre um fato do cotidiano.
- E) comentário acerca de um acontecimento.

**Questão 2**

A palavra cuja formação se dá pelo mesmo processo de “visibilizar” é

- A) diagnóstico.
- B) pressionar.
- C) desigualdade.
- D) relação.
- E) encerrar.

**Questão 3**

“Para a ministra, a desigualdade se manifesta de muitas formas como ‘na negação dos direitos sexuais e reprodutivos e às visitas íntimas’.”

O fragmento destacado acima é parcialmente contraditório em relação ao seguinte trecho:

- A) “Hoje, a população feminina em situação de prisão no Brasil é formada por 27.762 mulheres, o que corresponde a 6,3% da população carcerária total de 440.013 pessoas presas no País.”
- B) “Cunha informou que as mulheres chegam às prisões por causa de um fenômeno social. ‘Quase metade das mulheres está presa por causa do tráfico de drogas. Boa parte por conta do tráfico passivo.’ ”
- C) “A mulher carcerária é muito mais fragilizada, ela é abandonada pelo homem logo nos primeiros dias ou meses de cárcere.”
- D) “ ‘a questão das mulheres em situação de prisão precisa ganhar mais visibilidade’ para pressionar as autoridades a criarem políticas públicas e combaterem as causas que levam as mulheres ao mundo do crime.”
- E) “Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) também indicam que 2% das mulheres em situação de prisão no Brasil estão grávidas ou em período de lactação.”

**Questão 4**

Sobre a presença feminina no sistema prisional brasileiro, de acordo com o texto I, pode-se afirmar que:

- A) cerca de 40% são estrangeiras
- B) quase metade está presa por tráfico passivo de drogas
- C) mais da metade não é branca
- D) em menos de 10 anos a porcentagem de presas triplicou
- E) mais de 500 penitenciárias são femininas

**Questão 5**

Ao longo do texto I, aparecem algumas preocupações acerca da situação das mulheres em ambiente prisional. Marque a única alternativa INCORRETA a esse respeito:

- A) a existência de mulheres cujos processos precisariam ser revistos.
- B) o abandono da mulher pelo companheiro causado pela fragilidade feminina.
- C) a desigualdade existente entre homens e mulheres em situação de prisão.
- D) a necessidade de criação de políticas para combater as causas da criminalidade feminina.
- E) o crescimento do número de mulheres em situação de prisão.

**Questão 6**

O texto I apresenta uma série de trechos em discurso direto. Sobre eles, pode-se afirmar que

- A) aproximam a voz do enunciador citante à do citado, mesclando o que é dito no discurso relatado direto com o resto do texto.
- B) recriam o dito por outros sem que haja uma ruptura sintática no texto, o que melhora a sua coesão.
- C) atribuem, igualmente, ao enunciador citado e ao citante a responsabilidade pelo dito, fato importante em textos jornalísticos.
- D) têm o objetivo de dar um caráter oral espontâneo ao texto, requisito importante do gênero do texto em questão.
- E) criam o efeito de autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas que foram efetivamente proferidas.

**Questão 7**

“Em menos de 10 anos, a população carcerária feminina triplicou. Eram pouco mais de 9 mil detentas. Hoje são 27.762 mulheres em situação de prisão”

No trecho acima destacado, é possível, sem alterar o sentido, substituir os pontos pelos seguintes elementos de coesão, respectivamente:

- A) portanto / quando.
- B) mas / embora.
- C) porque / ou.
- D) ora / então.
- E) pois / e.

**Questão 8**

“Em menos de 10 anos, a população carcerária feminina triplicou. Eram pouco mais de 9 mil detentas. Hoje são 27.762 mulheres em situação de prisão”

No texto I, a exemplo do fragmento acima, utiliza-se abundantemente o seguinte recurso lexical de coesão:

- A) paronímia.
- B) homonímia.
- C) hiponímia.
- D) sinonímia.
- E) antonímia.

**TEXTO II**  
**QUALIFICAÇÃO**

Não existe um consenso sobre se a elite também vai para a cadeia nos países desenvolvidos porque as cadeias são melhores ou se as cadeias são melhores porque a elite as frequenta. Não importa. O fato é que se pode prever um sensível aprimoramento de instalações e serviços nas nossas prisões com a qualificação progressiva da sua população.

Um sistema de cotações — cinco estrelas para prisões com celas executivas, por exemplo — e a possibilidade de o condenado escolher sua penitenciária assegurariam o funcionamento do sistema em bases saudavelmente empresariais. As empreiteiras teriam interesse redobrado em construir boas penitenciárias, e as financeiras em financiá-las, para garantir sua participação num novo e lucrativo mercado e porque a qualquer hora elas poderiam receber seus executivos, para os quais reservariam as coberturas.

O novo e saudável hábito de prender corruptos pode ter desdobramentos inesperados. A inevitável melhora dos serviços penitenciários serviria como incentivo para confissões voluntárias. Acabariam as lutas jurídicas, a indústria de liminares e a proliferação de habeas-corpus, desafogando o nosso sistema judiciário, já que muitos acusados prefeririam reconhecer sua culpa e ir logo para a cadeia, escolhendo a que tivesse melhor bar ou ginásio, ou de acordo com a programação da TV a cabo.

Conhecendo-se a nossa indústria construtora, haveria o risco de as construções de luxo excluírem as construções populares, como já acontece no mercado de imóveis, e de os criminosos comuns ficarem sem cadeia, o que aumentaria a insegurança das ruas. Mas dentro dos muros de penitenciárias modernas e confortáveis, a elite brasileira viveria o seu sonho de segurança total: guardas 24 horas por dia e o convívio exclusivo dos seus pares.

(VERÍSSIMO, Luís Fernando. “O Globo”, 2/7/2000.)

**Questão 9**

Quanto ao gênero, o texto II é um(a)

- A) conto.
- B) artigo.
- C) ensaio.
- D) crônica.
- E) comentário.

**Questão 10**

Sobre o título do texto II, é correto afirmar que

- A) é contraditório com o assunto do texto.
- B) relaciona-se adequadamente ao assunto do texto.
- C) é fundamental para a compreensão do assunto do texto.
- D) pressupõe que o leitor já conhece o assunto do texto.
- E) cria um paralelismo com o assunto do texto.

**Questão 11**

Considerando o texto II globalmente, pode-se afirmar que é rico em:

- A) metáforas.
- B) ironias.
- C) eufemismos.
- D) catacreses.
- E) disfemismos.

**Questão 12**

“Não existe um consenso sobre se a elite também vai para a cadeia nos países desenvolvidos porque as cadeias são melhores ou se as cadeias são melhores porque a elite as frequenta.”

Sobre esse fragmento, podemos afirmar que é

- A) metalinguístico, pois se apresenta como um jogo entre enunciados contrários.
- B) intertextual, visto que se repete uma forma de enunciado que circula em nossa sociedade.
- C) metafórico, já que substitui um termo pelo outro e cria uma dualidade de significados.
- D) alegórico, porque o jogo com a ordem dos enunciados gera uma mudança semântica.
- E) causal, tendo em vista que leva a uma contradição lógica de causa e efeito.

**Questão 13**

“Um sistema de cotações – cinco estrelas para prisões com celas executivas, por exemplo – e a possibilidade de o condenado escolher sua penitenciária (...).”

O trecho entre travessões mantém com o termo anterior uma relação

- A) enumerativa.
- B) proporcional.
- C) distributiva.
- D) explicativa.
- E) enfatizadora.

**Questão 14**

O uso repetido, ao longo do texto II, de verbos no Futuro do Pretérito sugere

- A) desejo.
- B) certeza.
- C) cortesia.
- D) pessimismo.
- E) possibilidade.

**Questão 15**

No texto II, a causa do aprimoramento de instalações e serviços das cadeias é

- A) a prisão de corruptos.
- B) o interesse das empreiteiras.
- C) a prisão de corruptos.
- D) as confissões voluntárias.
- E) a insegurança das ruas.

**Questão 16**

A respeito das visões sobre sistema prisional apresentadas nos textos I e II, é possível afirmar que são

- A) inadequadas.
- B) reais.
- C) contraditórias.
- D) inexistentes.
- E) complementares.

**\* CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA \*****Questão 17**

Em qual tipo de memória ficam armazenadas as configurações do setup da placa-mãe?

- A) CMOS
- B) RAM
- C) CACHE
- D) ROM
- E) DDR

**Questão 18**

Qual tipo de servidor utilizado para converter os nomes digitados na barra de endereços de um navegador para um endereço IP válido?

- A) ISP
- B) SMTP
- C) Proxy
- D) DNS
- E) DHCP

**Questão 19**

Qual sequência de ações está correta no Sistema Operacional Windows XP para excluir, em definitivo e de uma única vez, um conjunto alternado de arquivos contidos em um determinado diretório?

- A) Para selecionar os arquivos: Tecla Ctrl + Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Shift + Tecla Delete.
- B) Para selecionar os arquivos: Tecla Shift + Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Shift + Tecla Delete.
- C) Para selecionar os arquivos: Tecla Shift + Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Delete.
- D) Para selecionar os arquivos: Tecla Ctrl + Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Delete.
- E) Para selecionar os arquivos: Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Delete.

**Questão 20**

Das sentenças abaixo, relativas ao Microsoft Office Excel,

- I. Cada célula é definida por uma coordenada exclusiva.
- II. A barra de fórmulas não pode ser retirada de seu lugar.
- III. A planilha é uma área retangular de 256 colunas por 16384 linhas.
- IV. DESVPAD, FREQUÊNCIA, MÁXIMO, MED E TENDÊNCIA são algumas de suas funções.
- V. As fórmulas sempre começam com o sinal “+” seguido por uma função.

Estão corretas:

- A) I, III, IV e V, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II, IV e V, apenas.
- D) III e V, apenas.
- E) I, II e V, apenas.

**Questão 21**

Das sentenças abaixo, relativas à segurança de computadores e sistemas,

- I. Um dos principais objetivos da criptografia é impedir a invasão de redes.
- II. O certificado digital é um arquivo eletrônico que contém dados de uma pessoa ou instituição, utilizados para comprovar sua identidade.
- III. Um antivírus é capaz de impedir que um hacker tente explorar alguma vulnerabilidade existente em um computador.
- IV. Vírus, keyloggers, worms e cavalos de tróia são alguns dos exemplos de Malware.

Estão corretas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

**\* RACIOCÍNIO LÓGICO \*****Questão 22**

Numa escola de línguas que possui 200 alunos, sabe-se que 120 estudam inglês, 90 estudam espanhol e 50 estudam francês. Sabendo-se que nenhum aluno estuda simultaneamente as três línguas, a probabilidade de que um aluno da escola, escolhido ao acaso, estude duas línguas é:

- A) 3/10
- B) 7/20
- C) 9/20
- D) 1/10
- E) 3/20

**Questão 23**

Considere um número divisível por 6, composto por 3 algarismos distintos e pertencentes ao conjunto

$A = \{3,4,5,6,7\}$ . A quantidade de números que podem ser formados sob tais condições é:

- A) 6
- B) 7
- C) 9
- D) 8
- E) 10

**Questão 24**

Os conjuntos A, B e C possuem elementos em comum. As quantidades de elementos de todas as possíveis interseções definidas a partir desses conjuntos, juntamente com as quantidades dos elementos dos conjuntos A, B e C, formam uma Progressão Aritmética de sete termos de razão R não nula. Sabendo-se que a interseção dos três conjuntos possui R elementos, a quantidade de elementos pertencente à união dos conjuntos A, B e C é

- A) 10R
- B) 7R
- C) 12R
- D) 15R
- E) 18R

**Questão 25**

O N-ésimo termo da sucessão (1,5,14,30,55,91,150,...) é representado por  $AN$ , sendo N um número inteiro maior do que zero. O valor de  $(A50 - A48)$  é:

- A) 4804
- B) 5101
- C) 5000
- D) 4901
- E) 5225

**Questão 26**

Quatro números primos X1, X2, X3 e X4, todos compostos por três algarismos, formam uma progressão aritmética. A menor soma possível desses números vale:

- A) 420
- B) 432
- C) 440
- D) 449
- E) 442

**\* CONHECIMENTOS DE DIREITO \*****Questão 27**

O artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil em seu inciso XVII prevê que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. Em relação as a associações é INCORRETO afirmar que:

- A) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
- B) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
- C) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
- D) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;
- E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

**Questão 28**

Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, por isso ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, conforme assegura o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. Constitucionalmente falando, sobre o processo é correto afirmar que:

- A) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade federal;
- B) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo se estas forem emprestadas.
- C) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal absolviória;
- D) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;
- E) o civilmente identificado será submetido a identificação criminal, conforme as hipóteses previstas em lei;

**Questão 29**

A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil. Neste sentido, existem cargos que são privativos de brasileiro nato que são os cargos de:

- A) Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal; Carreira diplomática; Oficial das Forças Armadas; Ministro de Estado da Defesa.
- B) Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Carreira diplomática; Oficial das Forças Armadas; Ministro de Estado da Defesa.
- C) Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Presidente do Congresso Nacional; Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Carreira diplomática; Oficial das Forças Armadas; Ministro de Estado da Defesa.
- D) Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Presidente do Congresso Nacional; Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Carreira diplomática; Ministro de Estado da Defesa.
- E) Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal; Ministro de Estado da Defesa; Ministro da Fazenda; Presidente do Banco Central.



**Questão 30**

O Título III da lei 8112 de 11 de dezembro de 1990, trata dos Direitos e Vantagens dos servidores que para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público. Assim, vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, e remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. Com relação a estes dois institutos é correto afirmar que:

- A) Nenhum servidor poderá perceber, anualmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- B) Nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.
- C) Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério do servidor e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.
- D) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
- E) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, mesmo nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

**Questão 31**

A lei 8.429 de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. O Capítulo V da referida lei trata do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial nos demonstra que qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. Em relação ao procedimento administrativo e ao processo judicial nestes casos, pode-se afirmar que:

- A) A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º do artigo 14 da referida lei. A rejeição, entretanto impede a representação ao Ministério Público.
- B) Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará conforme a conveniência e a oportunidade da administração, a apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.
- C) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público, ao Tribunal ou Conselho de Contas e ao Juiz de direito da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- D) O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas e o Juiz de direito poderá, a requerimento, designar representante com procuração para acompanhar o procedimento administrativo.
- E) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

**Questão 32**

A lei de execução penal, a LEP – lei nº 7210/84 prevê em seu art. 10 que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A assistência estende-se ainda ao egresso. Dessa forma, a assistência será: material; à saúde; jurídica; educacional; social; e religiosa. Com relação a esses tipos de assistência citados é correto afirmar que:

- A) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento somente médico.
- B) A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados com recursos financeiros para constituir advogado custeado pelo estado.
- C) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- D) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar, não sendo necessária, entretanto, a formação profissional do preso e do internado.
- E) A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à carceragem.

**Questão 33**

O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. São atribuições do Departamento Penitenciário Nacional, EXCETO:

- A) acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional.
- B) assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei.
- C) estabelecer, mediante convênios com as unidades federativas, o cadastro nacional das vagas existentes em estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de direitos aplicadas pela justiça de outra unidade federativa, em especial para presos sujeitos a regime disciplinar.
- D) colaborar com as Unidades Federativas mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais.
- E) colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado.

**Questão 34**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos básicos das Nações Unidas e foi assinada em 1948. Nela, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem. Esta declaração em seu item XIII, prevê que todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado e que todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. Assim, em relação ao asilo político previsto nesta declaração é correto afirmar que:

- A) Este direito poderá ser invocado mesmo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.
- B) Rege-se pelo princípio da autodeterminação dos povos.
- C) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- D) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei
- E) Deverá promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**Questão 35**

Pedro Leonel Gonçalves, servidor público do Departamento Nacional de Controle de Chuvas, autarquia federal localizada em Brasília, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ocupante do cargo de engenheiro civil, constitui com seus irmãos José Leonel Gonçalves, Maria do Carmo Gonçalves e Vera Gomes da Silva de Gonçalves, sociedade empresária com a denominação “Previtempo Ltda”, com sede no Distrito Federal, cujo principal ramo de atividade é a análise de relatórios meteorológicos e a emissão de relatórios, contendo os riscos de precipitações acima dos padrões de normalidade.

A Sociedade Empresária (Previtempo Ltda) tem o seu capital social dividido em cotas, sendo que, nos termos do contrato social, Maria do Carmo Gonçalves é que exerce o cargo de gerente da pessoa jurídica. Em face de seu cargo, atua, na qualidade de procurador, Pedro Leonel Gonçalves, junto às instâncias administrativas, para a obtenção, em favor de Previtempo Ltda., de certificado exarado pelo Departamento Nacional de Controle de Chuvas, atestando a capacitação técnica da referida empresa, muito embora não tivessem sido preenchidos todos os requisitos legais.

Com relação à conduta de Pedro Leonel Gonçalves, é correto afirmar que ela

- A) não constitui infração administrativa por permitir a Lei nº 8112/90 que Pedro Leonel Gonçalves atue como procurador, junto ao Departamento Nacional de Controle de Chuvas, de parentes até o segundo grau.
- B) constitui infração administrativa por ter Pedro Leonel Gonçalves atuado junto ao Departamento Nacional de Controle de Chuvas, em conduta tipificada como advocacia administrativa.
- C) constitui infração administrativa por não ter Pedro Leonel Gonçalves solicitado a autorização para a Autoridade Máxima do Departamento Nacional de Controle de Chuvas
- D) não constitui infração administrativa por inexistir o pagamento, a favor de Pedro Leonel Gonçalves, de montante em dinheiro.
- E) constitui infração de natureza administrativa por vedar a Lei nº 8112/90 que Pedro Leonel Gonçalves integre o quadro societário de empresa privada.

**\* CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS \*****Questão 36**

“A opção pelo diálogo com os Estados na construção e na implementação de uma política pública setorial no sistema penitenciário tem sido, sem dúvida, decisiva para o “consolidar uma trajetória de mudança”, e isso se verifica pela própria iniciativa dos participantes em propor a institucionalização de um coletivo destinado a prosseguir com essa experiência. O desafio é garantir que a abertura à participação gire em torno de uma pauta politicamente objetiva e tecnicamente densa.” (Coordenação Geral de Ensino/DEPEN/MJ, 2006)

Essa fala do DEPEN (2006) nos mostra que os paradigmas presentes já não davam conta da realidade do sistema penitenciário, até aquela data, e que novo paradigma precisava ser criado, a partir da promoção de uma mudança conceitual que desse conta da crise dos paradigmas, indo em busca de novas possibilidades de respostas para atender às necessidades, que a realidade exigia.

Essa transformação deveria partir da proposta de uma mudança de visão de mundo que propusesse soluções aos problemas existentes, dando conta da insatisfação que os modelos anteriores apresentavam. Logo, a necessidade da mudança de paradigmas geralmente advém da crise dos paradigmas.

Segundo Kuhn, em Brandão (1994), existem causas internas e externas que provocam essas mudanças, entendendo como causas internas “o resultado de desenvolvimentos teóricos e metodológicos dentro de uma mesma teoria e também do esgotamento dos modelos tradicionais de explicação oferecidos pela própria teoria, o que leva à busca de alternativas” e como causas externas

- A) os princípios que norteiam a tradição institucional.
- B) as crenças dos que trabalham no sistema penitenciário.
- C) as opções de ação do gestor das empresas privadas.
- D) as mudanças na sociedade e na cultura de uma época.
- E) os espaços físicos dos sistemas penitenciários existentes.

**Questão 37**

"A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos." (Hannah Arendt).

“Como cidadãos e cidadãs de direitos, devemos ter a consciência de que pertencemos a uma sociedade Estado, enquanto titulares dos direitos fundamentais, da dignidade como pessoa humana, da integração participativa no processo do poder, com a igual consciência de que essa situação subjetiva envolve também deveres de respeito à dignidade do outro e de contribuir para o aperfeiçoamento de todos”(José Afonso da Silva). Portanto, devemos participar da vida em sociedade de forma plena e ativa, a partir das questões que envolvem o microcosmo de nossas comunidades/bairro/cidade/Estado/país, defendendo as causas sociais, que envolvem todas as situações em que se façam necessárias a nossa participação efetiva.

Além de fazer valer a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é de fundamental importância cuidar para o que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – determina, enquanto proteção do cidadão.

Em seu artigo 1º, o ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e, em seu artigo 3º, “determina que, em condições de liberdade e de dignidade, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento...”

- A) individual, mental, ético, espiritual e coletivo.
- B) corporal, emocional, moral, transcendental e social.
- C) físico, mental, moral, espiritual e social.
- D) individual, mental, ético, transcendental e social.
- E) físico, emocional, moral, espiritual e coletivo.

**Questão 38**

Enquanto processos de transformação social, mais lentos e profundos, reproduzidos também na cultura – entendida como modo de vida característico de determinado grupo, lugar e/ou momento da história – uma luta social, entendida no movimento da história, tem um peso maior, quando produz e reproduz um movimento sociocultural que é maior do que ela mesma, evidenciando as dimensões relacionadas às formas de vida dos sujeitos, expondo seus valores, posturas, visão de mundo, tradições, costumes..., acabando por exigir uma reflexão da sociedade sobre si mesma.

Para GENTILLE & FRIGOTTO (2001), a luta social que produz e reproduz um movimento sociocultural, maior que si mesma, é a que forma

- A) pessoas de sucesso, conscientes de seu poder.
- B) sujeitos trabalhadores, numa sociedade plural.
- C) pessoas capazes para exercer sua profissão liberal.
- D) sujeitos sociais, políticos e humanos.
- E) homens e mulheres fortes e saudáveis para conviver em sociedade.

**Questão 39**

O compromisso liberal do Estado brasileiro de ofertar a educação para todos os cidadãos, sem discriminações ou exclusão social é um direito inalienável, sem que a família possa prescindir dessa exigência do poder público.

O Art. 5º, da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/96 – determina que “qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, pode acionar o Poder Público para exigir o acesso ao ensino fundamental, uma vez que esse nível de ensino se constitui em

- A) dever público objetivo.
- B) processo de formação do Estado.
- C) valorização do ensino público.
- D) oferta de educação para a comunidade.
- E) direito público subjetivo.

**Questão 40**

A inclusão social para detentos e egressos do sistema penitenciário coloca, em evidência, as questões da educação e do trabalho, em nossa sociedade.

Seja qual for a origem do crime cometido, os apenados, ao cumprirem a pena instituída, têm na educação um papel fundamental do processo de inclusão, uma vez que a Constituição assegura esse direito, assistido a todos, como uma obrigação do Estado, direito este que não pode ser tomado como um privilégio ou benefício, mas como um dever a ser cumprido, seja qual for a condição humana.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está intimamente ligada à educação prisional, para promover um atendimento eficiente do sistema público, no que se refere às questões de acesso e permanência nas escolas.

Ao trabalhar com a docência nesse cenário, é importante que o docente atente para a afirmação de Freire (1996), que aponta que o professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride

- A) os fundamentos pedagógicos da educação confessional.
- B) as diretrizes morais, traçadas para a escola privada.
- C) os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência.
- D) as prescrições do sistema jurídico nacional.
- E) os valores e princípios que regem a sociedade minoritárias.

**Questão 41**

Tido como uma das leis mais avançadas do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa importante avanço na garantia dos direitos de meninos e meninas.

Esta lei, em 1990, que culminada com a promulgação da Lei 8.069, nasceu a partir de uma mobilização social nacional, na década de 80, monstrando um novo pensamento de sociedade, tendo como base o princípio da criança e do adolescente como “prioridade absoluta”.

O ECA estabelece direitos a todas as crianças e adolescentes, entendendo-os como sujeitos de direitos e garantindo-lhes atendimento integral, estando atento às diferentes necessidades desse público-alvo. Além disso, cria medidas de proteção (voltadas para situações em que os direitos de meninos e meninas são ameaçados ou violados) e medidas socioeducativas (a serem promovidas aos adolescentes que cometem atos infracionais), além de instituir a co-responsabilidade de toda a sociedade civil e do poder público em garantir o direito a uma vida saudável aos meninos e meninas de todo o País.

O Art. 90, do ECA, estabelece que “as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes”.

Entre outras possibilidades, esse atendimento deve ser em regime de

- I. orientação e apoio sócio-familiar;
- II. liberdade assistida;
- III. abrigo
- IV. semi-liberdade
- V. internação”

Estão corretas as seguintes afirmativas:

- A) II, III, IV e V
- B) I, II, III, IV e V
- C) I, II, IV e V
- D) I, II, III e V
- E) I, II, III e IV

**Questão 42**

Em educação, é indiscutível a necessidade de se fazer o planejamento. Ao realizar um planejamento, se deve questionar o processo ensino-aprendizagem, procurando os meios e as possibilidades de solução a se alcançar ao final do processo.

Planejar é pensar como deve ser; é prever como pode ser e como posso fazer para realizar a ação pretendida. É buscar definir objetivos e estabelecer metas. É criar possibilidades e estratégias de ação. É analisar os resultados, através da avaliação contínua, daquilo que deu ou não certo.

Para Gandin (1999), ao se propor aproximar uma realidade a um ideal, planejar é

- A) descobrir o currículo oculto da escola.
- B) realizar um conjunto orgânico de ações.
- C) idealizar a sociedade em torno da escola.
- D) fazer uma sondagem da família dos alunos.
- E) propor uma relação de técnicas e meios educacionais.

**Questão 43**

O termo currículo permite mais de uma significação. Não está apenas ligado à aquisição do conhecimento. É mais do que uma série estruturada de resultados, como um conjunto de conteúdos a serem trabalhados ou como conjunto de experiências a serem desenvolvidas na proposta educativa. O currículo está vitalmente ligado àquilo que somos em nossas formas de conceber o mundo, em nossa subjetividade.

A partir da transmissão de visões sociais particulares e interessadas, acaba por produzir identidades individuais e sociais particulares. Logo, o currículo está implicado em relações de poder, não-atemporais, sendo histórico, ou seja, diretamente relacionado a formas específicas de organização da sociedade e, portanto, da educação.

O preso é diferente dos alunos da escola extramuros regular, apresentando condições disciplinares específicas mais rigorosas que os demais alunos regulares das escolas, que tem que atender às normas da instituição penitenciária, onde está alocado.

Trabalhar nas escolas prisionais, em curso a ser desenvolvido na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, exige que se reflita acerca desse currículo diferenciado, de modo a analisá-lo de fato, a partir do enfrentamento dos modelos já aplicado nas escolas da rede estadual extramuros (fora da prisão).

Para MOREIRA(2005), “a tentativa de articular estrutura e fatores processuais no estudo da redefinição de uma disciplina não pode ser bem sucedida se as instituições não são relacionadas às especificidades do contexto sócio-econômico em que estão situadas.”

Para o autor, é difícil compreender a mudança curricular, quando não se faz uma análise

- A) da formação social e do papel da educação na mudança curricular.
- B) da formação social e do papel da educação na mudança curricular.
- C) da gestão escolar e do perfil do docente e do discente.
- D) da ação participativa dos membros da comunidade escola.
- E) do planejamento participativo elaborado pela equipe técnica.

**Questão 44**

Antunes (2001), focando o sistema de avaliação formativa, assinala que há muitas contradições em volta da escola, na atualidade, expondo que a mais importante dela é a necessidade de se trabalhar as emoções e as relações interpessoais no espaço da sala de aula, dizendo que trabalhar emoções exige levar os alunos a refletir sobre os fatos da realidade, opinar sobre as emoções e sentimentos, discutir os valores existentes, percebendo como esses valores podem animar as ações coletivas de forma positiva e construtiva.

Ressalta, porém, que é sempre problemático promover a avaliação da conquista afetiva e do progresso nas relações interpessoais, por ser extremamente difícil, uma vez que não se consegue desprender de uma subjetividade, podendo-se incorrer no “risco da invasão da privacidade do aluno e do seu incontestável direito ao silêncio”.

Para o autor, um bom avaliador, ao avaliar as emoções, deve ter em mente que jamais deverá confundir o discente com o ato realizado. Caso seja imprescindível se fazerem recriminações, que elas sejam dirigidas

- A) ao que se fez e jamais a quem as fez.
- B) à didática da instituição, por ser inadequada.
- C) à incompetência da equipe técnico-pedagógica.
- D) às distorções do sistema educacional vigente.
- E) às políticas educacionais que regulam o sistema educacional.

**Questão 45**

O principal objetivo do trabalho da maior parte dos docentes é conseguir que seus discentes tenham a possibilidade de desenvolver a sua aprendizagem da melhor forma possível.

Libâneo (1991) nos mostra que o campo principal da educação escolar é o processo de ensino, que se constitui no objeto de estudo da Didática.

Como não há técnica pedagógica sem uma concepção de homem e de sociedade, também não há uma concepção de homem e sociedade sem uma competência técnica para realizá-la, educacionalmente. Cabe à Didática tratar os objetivos, condições e meios de realização do processo de ensino, interligando os meios pedagógico-didáticos aos objetivos sócio-políticos.

Para o autor, o ensino viabiliza as tarefas da instrução, acabando por “delimitar como objeto da Didática o processo de ensino que, considerado no seu conjunto, inclui: os conteúdos dos programas e dos livros didáticos, os métodos e formas organizativas do ensino as atividades do professor e dos alunos e as diretrizes que regulam e orientam esse processo.”

Ele nos mostra que caberá ao docente compatibilizar “a educação escolar, que é uma tarefa eminentemente social, pois a sociedade necessita prover as gerações mais novas daqueles conhecimentos e habilidades que vão sendo acumulados pela experiência social da humanidade”.

Logo, para Libâneo (1991), pode-se definir processo de ensino como uma seqüência de atividades docentes e discentes, tendo em vista a assimilação de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades (tais como o pensamento independente, observação, análise-síntese e outras), através dos quais os alunos

- A) aprimoram as capacidades cognitivas.
- B) melhoram sua formação sócio-acadêmica.
- C) entendem-se sujeitos comuns na aprendizagem.
- D) ampliam sua interação com os conhecimentos.
- E) desenvolvem suas atitudes frente aos conhecimentos.

**Questão 46**

O processo de construção do conhecimento e a aprendizagem discente colocam em evidência a avaliação como a parte mais importante do processo ensino/aprendizagem.

Para Libâneo (2005), “a prática da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há que se estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado.”

Se o valor da avaliação está no fato de o discente poder tomar conhecimento de seus avanços e dificuldades, ao professor caberá criar situações de desafio no processo de ensino, que levem o educando a buscar a superação das dificuldades existentes, continuando a progredir no processo de construção dos saberes (Luckesi, 1999). Assim agindo, o educador se mostra interessado na aprendizagem do educando e em seu concomitante desenvolvimento.

A avaliação só pode funcionar efetivamente num trabalho educativo, com uma perspectiva dinâmica de aprendizagem para o desenvolvimento, em espaços de elaboração do conhecimento diferenciados, em que os alunos possam expressar sua curiosidade, criatividade, vivências, experiências, sentimentos (...) na (re)construção do conhecimento pertinente, redimensionando o processo, sem encaminhar as decisões. Assim agindo, a avaliação implicará numa retomada do curso de ação, promovendo o seu realinhamento ou a sua reorientação.

Ao focar a qualidade dos resultados intermediários ou finais da avaliação, Luckesi valoriza a avaliação

- A) somativa.
- B) formativa.
- C) diagnóstica.
- D) sumativa.
- E) quantitativa.

**Questão 47**

O Projeto Político-Pedagógico – PPP – tem sido objeto de preocupação e estudo para as instituições educacionais, docentes e pesquisadores no assunto, em âmbito nacional, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, em seu artigo 12, que estabelece a necessidade dos estabelecimentos de ensino de elaborar e executar suas propostas pedagógicas. É o plano global da instituição.

O Projeto Educativo já não é algo que se possa prescindir na escola, como algo que remete prescrições para fora dela. Na realidade, esta é uma metodologia de trabalho que possibilita re-significação de toda a ação dos diferentes agentes da escola.

Segundo Vasconcellos (2000), para tornar menor o sofrimento de toda a comunidade escolar, nas mais específicas dimensões da escola (comunitárias e administrativas, além da pedagógica), até as mais gerais (políticas, culturais, econômicas etc.), a função do projeto político pedagógico é a de justamente...

- A) criar condições de ações exigidas pelo poder público.
- B) ditar apenas as diretrizes da ação da equipe técnico-pedagógica.
- C) ajudar a resolver problemas, a transformar a prática.
- D) definir as competências dos profissionais da educação.
- E) dimensionar o trabalho da escola tradicional.

**Questão 48**

Ao propor uma análise sobre a ação do professor reflexivo, Lima e Gomes nos falam que para Pimenta (1998:59) existem três saberes complementares, a se levar em conta, ao se focar a profissão docente. Seriam eles: o saber da experiência, o saber científico e o saber pedagógico. Sobre o saber da experiência, a autora diz que, mesmo que não sejam professores(as), as pessoas têm uma experiência socialmente acumulada sobre essa profissão e o seu exercício, que seria adquirido no espaço da docência e na sua prática, visando a superação dos problemas do cotidiano da sala de aula.

Enquanto saber científico, as autoras - aludindo a MORIN, E. 1993 - nos mostram que o conhecimento não se reduz à informação, é seu primeiro estágio. O conhecer implica em um segundo estágio, em trabalhar com as informações, classificando-as, analisando-as e contextualizando-as. O terceiro estágio tem a ver com a inteligência, a consciência ou sabedoria. A inteligência, por sua vez, tem a ver com a arte de vincular o conhecimento de maneira útil e pertinente, isto é, produzindo novas formas de progresso e desenvolvimento. A consciência e a sabedoria envolvem reflexão, isto é, a capacidade de produzir novas formas de existência, de humanização. (MORIN, E. 1993. In: Lima e Gomes, 1998)

Quanto aos saberes pedagógicos, que os cursos de formação de professores(as) promovem uma formação docente de forma puramente técnica, “como se fossem receitas desarticuladas da realidade e sem a devida contextualização e atualização.”

Evidencia que esses saberes necessitariam ser interdisciplinares, tendo como ponto de partida a prática social, podendo-se reinventar e recriar os saberes pedagógicos através de

- I. problematizar, propor e desenvolver projetos nas escolas;
- II. conferir os dizeres de autores e da mídia, bem como as representações
- III. conferir os saberes que têm sobre a escola e o ensino,
- IV. conferir os saberes que têm sobre a os alunos e os(as) professores(as)
- V. conferir os saberes que têm nas escolas rurais.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

- A) I, II, IV e V.
- B) I, II, III e V.
- C) II, III, IV e V.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II, III, IV e V

**Questão 49**

O ato de planejar não faz parte exclusiva da ação educacional. Em vez desse pensamento, sabe-se que todos os setores devem planejar seus trabalhos. Ao planejá-los, devem ser analisadas tanto as restrições, impedimentos e falhas quanto os acertos, facilidades e sucessos, compondo-se a trajetória do processo.

Para Gandin (1994), o planejamento participativo parte da leitura do nosso mundo que é injusta, pois falta a participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana, instaurando-se a injustiça social, pela própria dificuldade de participação de todos no poder.

O autor aponta que o planejamento participativo, enquanto instrumento e metodologia, é um processo técnico que abre espaços especiais para a questão política, valorizando as questões da missão, da qualidade e da participação, assumindo um caráter de proposta prospectiva para a instituição que se planeja.

Perrenoud e Thurler (2000) propõem se desenvolver o trabalho pedagógico a partir de “uma situação-problema, uma vez que ela nos leva a nos desafiar para uma realização, de um lado, estruturada pelas coordenadas que lhe dão possibilidade e, de outro, que se expressa aqui e agora”, ou seja, ao se propor a realização de uma atividade, que envolva uma situação-problema, “supõe-se considerar algo em uma certa direção ou norte”.

Para os autores, acima citados, “as situações-problemas se caracterizam por recortes de um domínio complexo, cuja realização implica mobilizar recursos, tomar decisões e ativar esquemas.(...) A aprendizagem, que constitui o verdadeiro objetivo da situação-problema, se dá ao vencer o obstáculo na realização da tarefa”.

Portanto, as situações-problemas, propostas no trabalho cotidiano da sala de aula, têm de ser acompanhadas e avaliadas, uma vez que é uma situação didática, na qual se propõe ao sujeito uma tarefa que ele não pode realizar

- A) sem criar problemas de relação interpessoal.
- B) sem efetuar uma aprendizagem precisa.
- C) com valores morais extremamente fechados.
- D) com pressa de acabar o trabalho proposto em sala de aula.
- E) contando que outrem a realize para si mesmo.

**Questão 50**

O Art. 2º, da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, aponta que a educação é dever da família e do Estado, devendo focar o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, bem como a sua qualificação para o trabalho. Esse fato coloca em destaque os(as)

- A) princípios da educação brasileira.
- B) meios educacionais brasileiros.
- C) fins da educação nacional.
- D) bases educacionais nacionais.
- E) diretrizes educacionais brasileiras.

**Questão 51**

LIBÂNEO (1999), em seu livro “Pedagogia e Pedagogos para que”?, nos fala que a educação é um fenômeno/prática social a ser compreendida no quadro do funcionamento geral da sociedade da qual faz parte. Defende, também, que as práticas educativas não se restringem apenas à escola ou à família, podendo ocorrer em todos os âmbitos e contextos da vida individual e social humana, institucionalizados ou não, nas mais variadas modalidades de ensino.

Para Libâneo, o objeto de estudo da Pedagogia é constituído por esses processos, enquanto espaço próprio de investigação. Apresenta a Pedagogia como ciência que estuda as práticas educativas, com vista a explicitar finalidades, objetivos sociopolíticos e formas de intervenção pedagógica para a educação.

Segundo o autor, o pedagógico da ação educativa se expressa, justamente

- A) nas práticas docentes, dentro das escolas públicas.
- B) nas atividades executadas exclusivamente na escola.
- C) no desejo dos professores em cumprir o currículo oficial.
- D) nas práticas docentes, dentro das escolas privadas.
- E) na intencionalidade e no direcionamento dessa ação.

**Questão 52**

Enquanto ferramenta, o planejamento estratégico possibilita organicidade, dinamicidade e contribui para melhorar qualidade da intervenção de diversos profissionais que trabalham na área da violência contra a mulher, crianças, adolescentes e jovens, proporcionando mais objetividade, racionalidade e direcionamento ao trabalho proposto.

Como um instrumento de ação, deve estar atrelado à modernização, pois possibilita maior e melhor modo de intervenção na realidade, de forma mais instrumentalizada e capacitada, auxiliando em como se deve promover o enfrentamento das questões, que afligem os vitimizados pela violência.

Como instrumento de intervenção, o planejamento estratégico busca alcançar a efetivação de melhores resultados, a obtenção de soluções alternativas para os processos decisórios, assim como a redução de riscos e incertezas. Possibilita estabelecer propostas e projetos de atuação, ajudando a definir ações e metas objetivas, propondo desafios desejáveis de serem alcançados.

Planejar significa pensar o futuro, portanto é preciso se organizar.

Em Vasconcellos (2000), vemos que a realidade não se dá a conhecer explícita e diretamente, que somente o “esforço de decifração e interpretação visa a apreender o dinamismo do real já configurado, tendo em vista nele entrar, seja no sentido de usufruir, seja de transformar”. Para que haja um planejamento comprometido com o real, deve-se levar em conta as experiências anteriores e o engajamento futuro dos sujeitos para que se possa realizar as ações de forma relevante.

Logo, para o autor, ao se planejar, deve-se levar em consideração as experiências anteriormente vividas pelo docente, assim como o engajamento para que se torne viável de acontecer. Por isso, ele diz que, para se planejar, é importante e necessário

- A) cumprir regras e normas fechadas.
- B) estabelecer normas e objetivos fixos.
- C) adotar uma postura docente laissez-fair.
- D) ter uma postura profissional autoritária.
- E) imaginar de forma comprometida.



**Questão 53**

Na Educação, o conceito de multiculturalismo, enquanto campo teórico e político voltado para a valorização da pluralidade cultural e para o desafio à construção das diferenças, tem-se colocado em destaque frente à necessidade de se promover a inclusão dos sujeitos, em seu processo de aprendizagem.

Na atualidade educacional, com a inclusão social preconizada na LDB/ 96, não há mais como se pensar em excluir os discentes de seu direito a ter uma educação de efetiva, garantindo-lhe o acesso, a permanência e a qualidade do ensino em nossa realidade.

Faz-se mister perceber a prática pedagógica multicultural sob novos ângulos, uma vez que essa prática se constrói no discurso, causada por intenções desafiantes em torno das diferenças e preconceitos referentes. Saber lidar com as diferenças, com as diferenças das diferenças, promovendo uma educação eficaz, eficiente, efetiva e relevante, que coloca em cheque as propostas educacionais mais tradicionais, vem ao encontro dos ditames educacionais contemporâneos, possibilitando as transformações necessárias para tanto.

Esse fato coloca a profissão docente no centro das atenções, desde o seu curso de formação, de sua capacitação continuada até a sua atuação como professor(a) regente de turma, em sala de aula, bem como as ações dos demais profissionais da educação dentro e fora dos muros escolares, envolvidos com a formação do cidadão e cidadã, sob a sua responsabilidade. Essas e outras razões apontam a necessidade do professor ser um profissional reflexivo.

Segundo Pimenta (1998), na profissão docente há três saberes que se complementam. O primeiro está ligado ao saber adquirido no espaço da docência e com a prática, buscando a superação dos problemas cotidianos; o segundo, trabalhar com as informações, classificando-as, analisando-as e contextualizando-as e o terceiro, tem a ver com técnica, como se fossem receitas desarticuladas da realidade e sem a devida contextualização e atualização. Esses saberes são denominados como saber

- A) oculto, o clássico e o científico.
- B) vulgar, o científico e o pedagógico.
- C) oculto, o pedagógico e o da experiência.
- D) da experiência, o oculto e o clássico.
- E) da experiência, o científico e o pedagógico.

**Questão 54**

Embora professor e aluno sejam diferentes e desiguais, o docente deve se pôr a serviço do discente, sem imposições de idéias e concepções, transformando o aluno em sujeito de sua própria aprendizagem, sendo um professor estimulador, orientador e um catalisador no meio dos educandos, promovendo situações de reflexão em comum.

Quando o professor valoriza a aprendizagem informal, via grupo, e a negação de toda forma de repressão, visa-se favorecer o desenvolvimento de pessoas mais livres.

LUCKESI (1990) afirma que “se os alunos são livres frente ao professor, também este o é em relação aos alunos”.

No que se refere a relação professor/aluno, a tendência pedagógica que considera os alunos livres no seu pensar e agir, frente ao do professor, que deve ter uma postura empática, exercendo a função de "conselheiro" e, em outras vezes, de instrutor-monitor à disposição do grupo é a

- A) liberal tecnicista.
- B) progressista crítico-social dos conteúdos.
- C) progressista libertária.
- D) liberal tradicional.
- E) liberal renovada não-diretiva.

**Questão 55**

A aplicação de medida sócio-educativa de internação, apontada no Art. 121, do Estatuto da Criança e do Adolescente–ECA – mostra que está se “constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Já o Artigo 124, deste mesmo estatuto, mostra que essa medida sócio-educativa de internação impõe ao poder público, como obrigação, e assegura ao adolescente, como direito, as seguintes atividades:

- I. ser informado de sua situação pessoal, sempre que solicitada;
  - II. receber escolarização e profissionalização;
  - III. realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
  - IV. ter acesso aos meios de comunicação social.
  - V. receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
- Estão corretas as seguintes afirmativas:

- A) I, II, IV e V
- B) I, II, III e V
- C) I, II, III e IV
- D) I, II, III, IV e V
- E) II, III, IV e V